

# Sarney vigia preços até fim do

**Brasília** — “Enganam-se aqueles que esperam a liberação dos preços. Enquanto estiver no governo manterei os preços permanentemente vigiados”, garantiu o presidente José Sarney, em entrevista exclusiva ao JORNAL DO BRASIL. Ele assegurou que “não há prazo para o descongelamento dos preços” e advertiu: “As pessoas têm de aprender a conviver com a nova realidade porque o plano de estabilização econômica não tem retorno”.

“Anacrônica”. Esta é a opinião do presidente sobre a reação negativa de alguns setores trabalhistas, como a CUT, que entenderam o reajuste dos salários pela média dos últimos seis meses como um achatamento dos ganhos dos trabalhadores. “No caso, eles estão mais preocupados com a política partidária do que com o interesse dos trabalhadores e acabam transformando o sindicato num instrumento de manipulação política”.

## Abastecimento e demissões

Apesar de considerar o plano econômico “um sucesso total”, Sarney reconhece algumas dificuldades. Exemplo: o descompasso entre os setores industrial e comercial na fixação de preços, ameaçando o abastecimento interno de gêneros de primeira necessidade.

— Estamos atentos a este problema, uma consequência natural do ajustamento desses setores ao novo modelo econômico. Mas sempre que constatarmos irregularidades no abastecimento, não tenham dúvidas de que vamos interferir — prometeu o presidente da República.

Ele explicou que a intervenção o governo para evitar que o abastecimento seja comprometido poderá ser de duas formas: com a utilização dos estoques governamentais e através de uma ação capaz de forçar a regularização do fluxo de abastecimento. “Para isto, temos uma legislação que não hesitaremos em utilizar com todo rigor, a qualquer momento”, disse.

As demissões de funcionários do setor financeiro são outra preocupação de Sarney. “A área financeira terá, particularmente, de fazer um grande esforço para se ajustar à nova ordem econômica. Acabou-se a especulação no open market e no overnight, não há mais correção monetária e isto muda toda a sistemática financeira”, admite. Mas condena as demissões de bancários:

— As estatísticas estão catastróficas. Está havendo um exagero no número de demitidos.

O presidente espera que o contingente liberado dos bancos, contudo, seja imediatamente absorvido pelo setor produtivo. “Não haverá grandes problemas, porque o número de empregos está crescendo”, prevê.

## Tarifas públicas

— Presidente, os setores energético e siderúrgico sofreram, particularmente, com o congelamento. Nestes casos, o déficit orçamentário poderá levar a um reajuste nos preços das tarifas públicas e do aço, por exemplo?

— Não — responde Sarney — Não haverá reajuste em nenhum setor. Nestes casos específicos, terá de haver uma composição nos preços tanto das tarifas públicas quanto nos do aço. Pode haver problema nesses setores, mas também aí houve uma redução nos custos financeiros. Nós não detectamos pressão inflacionária estrutural. O governo vai manter os preços controlados, nos níveis em que estão, até que a economia se estabilize.

O presidente Sarney admite a adoção de novas

medidas complementares ao programa, mas não fala especificamente sobre elas. “Fizemos uma enorme reforma que mudou o país. Mas a ação do meu governo não se restringirá ao campo econômico. A reforma econômica não esgota nossa ação. Vamos partir para uma política social mais justa”, disse.

— O Sr poderia adiantar algumas das medidas que serão adotadas no sentido de uma política social mais justa?

— O que posso dizer — respondeu o presidente — é que o Brasil é a oitava potência econômica do mundo mas, no que se refere ao social, está nivelada aos países africanos. Isto não pode continuar. Esta situação tem de mudar até porque a estabilidade do país depende do seu nível social.

Embora ainda sem os dados oficiais sobre os níveis da inflação de março — o IBGE ainda não terminou a coleta e, sendo assim, somente nos próximos dias o governo terá condições de anunciá-los — o presidente acredita, “com base no acompanhamento que o governo está fazendo”, em uma inflação zero em março, o que “estará muito bom”.

## Reservas cambiais

— Presidente, o governo fala também em mudanças nas diretrizes para a negociação da dívida externa. O que o Sr. poderia adiantar neste caso?

— Estamos muito bem neste setor. A negociação da dívida externa já vem se processando nos termos em que nos propusemos. Conseguimos reescalonar parcialmente nossa dívida, sem o Fundo Monetário Internacional. E isto, para nós, se constituiu numa grande vitória. Reduzimos as taxas de spread e, assim, economizamos 300 milhões de dólares. Estamos com as reservas cambiais mais altas de nossa história; 9,3 bilhões de dólares. Então, podemos dizer, com segurança, que estamos numa situação confortável e que vamos conseguir mais coisas.

— A capitalização dos juros, por exemplo?

— Esta é uma questão que está sendo estudada — respondeu.

— Presidente, muitos criticam a morosidade da reforma agrária. Quando ela será efetivamente implantada?

— É preciso que se entenda que a reforma agrária, há muito, saiu do papel, está em pleno curso. Já desapropriamos mais de 400 mil hectares, o planejamento está todo pronto, os conflitos contornados e estamos dentro dos prazos estabelecidos. Nos próximos 15 dias, os planos estaduais de reforma agrária estarão aprovados. Não ficamos na retórica. Prometemos e estamos fazendo a reforma agrária e dela não vamos retroceder um milímetro, até porque este será um dos grandes instrumentos para promoção da justiça social que pretendemos.

A reação negativa de alguns setores trabalhistas ao plano cruzado do governo, como a da Central dos Trabalhadores, que vê como consequência da reforma econômica o achatamento salarial, é interpretada pelo presidente Sarney como uma reação “anacrônica” dos sindicalistas:

— Nunca os trabalhadores foram tão favorecidos como agora com o plano de estabilização econômica. No caso da CUT, o que há é que ela vive fora do tempo, anacronicamente. Tenta hoje o que sempre fracassou em todos os países do mundo: transformar o sindicato num instrumento político. A reação negativa demonstra, claramente, que esses setores estão mais preocupados com a política partidária do que com o interesse dos trabalhadores — concluiu o presidente.

JORNAL DO BRASIL

mandato